

A GEOPOLÍTICA E A POLÍTICA EXTERNA DO IMPÉRIO BRASILEIRO NA REGIÃO PLATINA NO SÉCULO XIX (1844 – 1864)

Edson Romario Monteiro Paniagua¹

Ronaldo Bernadino Colvero²

Muriel Pinto³

RESUMO: O presente artigo analisa a geopolítica e a política externa do Império Brasileiro na região platina, durante o século XIX. Nesta reflexão discute-se sobre a importância geoestratégica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1844-1854), para as relações geopolíticas brasileiras, no que toca as disputas pela fronteiras territoriais com a República Oriental do Uruguai. Para tanto, partiu-se para um melhor entendimento sobre as influencias da rede territorial Buenos Aires-Bacia do Prata, para a consolidação de uma política externa brasileira na região Platina.

Palavras-chaves: Geopolítica – Fronteiras – Região Platina – Relações Internacionais

Introdução

Cervo e Bueno (1992), em “História da política exterior do Brasil”, apresentam uma síntese da política externa brasileira para a região platina. Segundo os autores, no período de 1844 a 1878 ocorreu a ascensão, o apogeu e o declínio do Império Brasileiro sobre a área platina, quando se sobressaiu com sua política de potência periférica⁴.

A política externa do Império Brasileiro durante o séc. XIX na região platina esta situada em três fases durante esse período de 1844 a 1878: a primeira de 1844 a 1852, pautada por uma política intervencionista de forma direta; a segunda de 1852 a 1864, caracterizada pela presença e retomada ativa da atividade comercial entre os países do prata e o Império Brasileiro, suprimida no período anterior; e a terceira de 1864 a 1878 pela intervenção militar brasileira que culminou na guerra contra o Paraguai.

O presente artigo situa-se nos dois primeiros momentos propostos por Cervo Bueno (1992), o período de intervenção e relação comercial do Império Brasileiro na região platina. Dessa forma, analisamos a geopolítica e as relações internacionais do Império Brasileiro com a Argentina, Paraguai e Uruguai no período de 1844 a 1865,

¹ Profº Drº Edson Romario Monteiro Paniagua. Profº Adjunto da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – campus São Broja/RS – Brasil.

² Profº Drº Ronaldo Bernadino Colvero. Profº Adjunto da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – campus São Broja/RS – Brasil.

³ Profº Ms. Muriel Pinto. Profº Assistente da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – campus São Broja/RS – Brasil.

⁴ O Império Brasileiro projetou-se na área platina como uma política de potência periférica, pois Inglaterra e França deslocaram-se nesse momento para a Ásia, facilitando a incidência brasileira sobre essa área. Cf. CERVO; BUENO. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. p. 97-115.

período esse de afirmação e consolidação desses estados nacionais em pleno processo de estruturação interna e externa. Esse período, também nos permite analisar de forma específica dois aspectos: identificar a correlação e jogo de forças que contribuíram para a constituição da Tríplice Aliança (Império Brasileiro, Argentina e Uruguai) e o deflagrar da guerra contra o Paraguai em 1865; compreender o peso geoestratégico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul nessa conjuntura.

A geopolítica platina de longa duração

A formação da fronteira do Império Brasileiro com a República Oriental do Uruguai remonta ao séc. XVII com a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, na foz do rio da Prata, pelos portugueses, consolidando-se apenas na metade do séc. XIX. Apresentando momentos distintos ao longo desse período, esteve submersa em tensão e conflitos entre as Coroas Ibéricas (Espanha e Portugal) e posteriormente entre Brasil, Argentina e Uruguai.

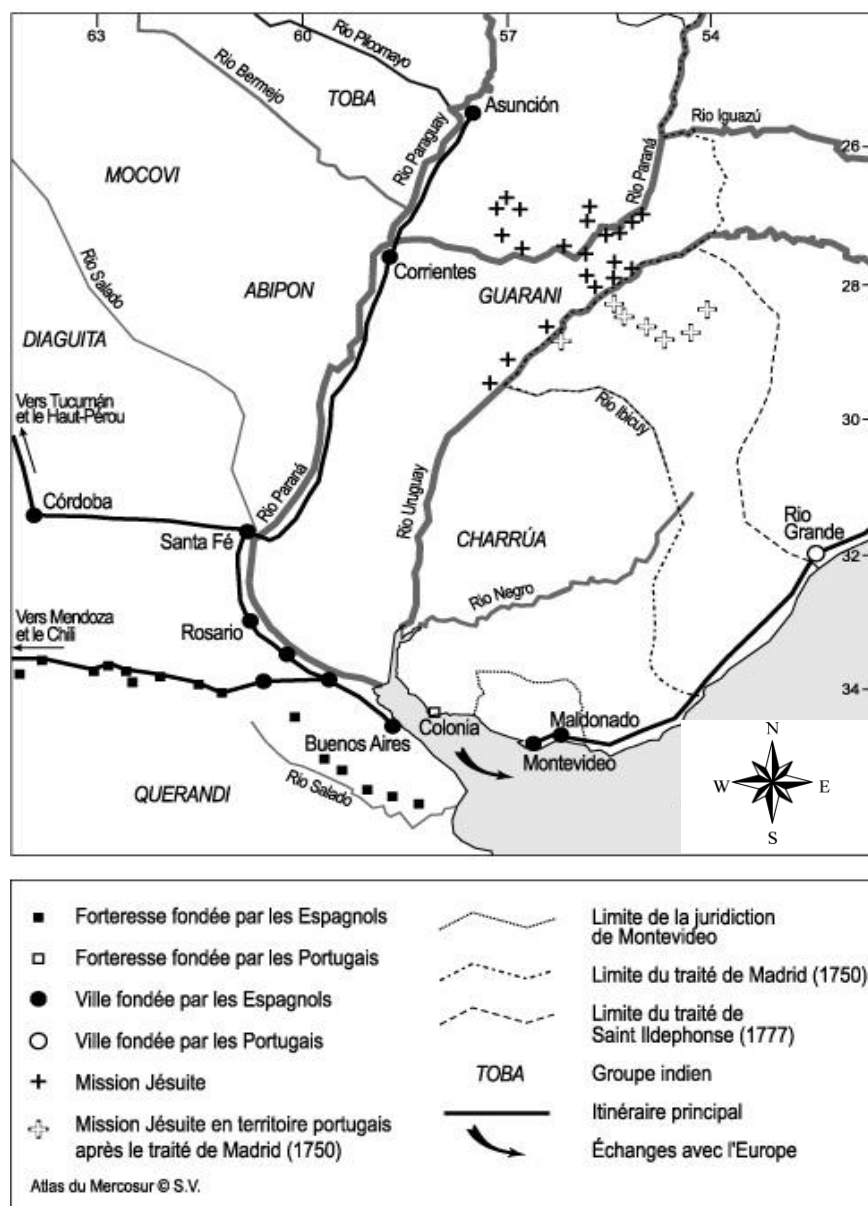
Dessa forma, o Tratado de Madri de 1750⁵ e o Tratado de Santo Ildefonso de 1777⁶ evidenciaram as pretensões territoriais sobre o espaço da campanha oriental por ambas as Coroas Ibéricas. Ocorreram, porém, avanços e recuos das fronteiras políticas,

⁵ A 13 de janeiro de 1750 era afirmado o Tratado de Madri ou de Permuta. Tratava-se de uma tentativa mais aguda entre os lusos e os castelhanos de acabar os conflitos instaurados a partir de 1680 na área platina e fixar os limites territoriais na Banda Oriental. Essa tarefa foi mediada por Alexandre de Gusmão (Portugal) e José de Garavajal (Espanha). O tratado de Madri manteve a tese de que a “terra pertencia a quem a ocupava” (espanhóis ou portugueses) e chegaram a um consenso frágil, durando pouco tempo. Estabeleceu que a Espanha receberia a Colônia do Sacramento, em troca cederia o território dos Sete Povos a Portugal. Os castelhanos obtinham o monopólio da navegação do rio da Prata e os lusitanos ficavam com uma área rica em pastagens e gado, necessário ao abastecimento das Minas Gerais. O tratado estabeleceu ainda os limites. Essa linha divisória começava ao sul do monte Castilhos (Uruguai); coxilha grande; às cabeceiras dos rios Negro, Ibicuí-Guaçu, (atual rio Santa Maria) Quaraí, desembocando na margem oriental do rio Uruguai. Em seu artigo XVI determinava a remoção dos Guarani-missionários pertencentes aos Sete Povos e no artigo XXIII, fixava o prazo de um ano para a sua execução. Ver mais em:

⁶ O Tratado de Santo Ildefonso foi amplamente favorável aos castelhanos em decorrência da sua hegemonia militar durante o séc. XVIII. Acordava-se que: a Espanha ficava com a posse definitiva da Colônia do Sacramento, das Missões Orientais e da ilha de São Gabriel localizada no estuário do rio da Prata. Em contrapartida Portugal recebia de volta a ilha de Santa Catarina e Rio Grande. A novidade desse tratado foi a instituição dos campos neutrais. Essa área, situada entre as lagoas mangueira e Mirim e a costa Atlântica, serviu muito mais ao contrabando e ao roubo de gado do que ao seu propósito inicial. Esse tratado fixou novos limites na Banda Oriental. Esses partiam do arroio Chuí, seguindo o rio Piratini em direção das cabeceiras do rio Negro. Atravessava posteriormente a serra do Tape, findando na embocadura do rio Periri-grande. É importante destacarmos que, por esses limites, a Espanha também recuperou as guardas de Santa Tecla e São Martinho, pontos estratégicos importantes e balizadores do território espanhol na Banda Oriental. Ver mais em: CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 199-205.

que não garantiram uma hegemonia territorial na área, mesmo após as assinaturas desses tratados.

Figura 1: Mapa geoestratégico da Bacia do Prata no século XVIII



Fonte: Atlas do Mercosur

Durante meados do séc. XIX Portugal entendia que a campanha da Banda Oriental, separada pelo rio Uruguai era um prolongamento natural do seu território americano, materializando-se no projeto expansionista de D. João VI. Em contrapartida, para a Espanha, essa vasta área possibilitava uma proteção para as principais vias fluviais internas (rios Uruguai, Paraná e Paraguai) contra a pressão lusitana sobre esses rios.

Como se observa no mapa acima, a região da Mesopotâmia do Prata⁷, se caracterizou no século XIX, pela constituição de marcadores territoriais no entorno destas redes hidrográficas, que resultaram nas fundações de vilas portuguesas e espanholas, aglomerados urbanos das Missões Jesuítico-*Guarani*, e de fortes de defesa territorial, que estavam articulados territorialmente com o itinerário principal das trocas comerciais com o continente Europeu.

Entretanto, os projetos de “Pátria Grande” de Bolívar, de San Martín, e em específico, o de Artigas na década de 10 do séc. XIX entraram inevitavelmente em choque com as pretensões portuguesas de domínio total da Banda Oriental. A fronteira⁸, nesse caso, era uma área de fricção, de disputas e indefinida territorialmente.

Essa situação belicosa das décadas de 10 e 20 do séc. XIX na campanha oeste expressou os interesses de espanhóis e portugueses, servindo como fio condutor na fragmentação desse território. A conjuntura européia, mais a situação americana, com os processos de independência das colônias espanholas e, conseqüentemente, platina, desdobraram-se sobre a campanha oeste, configurando outra realidade geopolítica, na conformação e definição das fronteiras no extremo sul do Brasil

A fronteira política entre o Império Brasileiro e a República Oriental do Uruguai que se delineou, assim em 1828, impediu que um único país, Brasil ou Argentina, controlasse o litoral fluvial entre a Terra do Fogo, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai. Também evidenciou as diferenças regionais, o fracasso da política expansionista de D. João VI, a pressão das lutas cisplatinas e os interesses econômicos e geopolíticos dos ingleses na região.

Essa fronteira, construída durante as décadas de 10 e 20 do séc. XIX “silenciou” durante a década de 30. Tivemos um refluxo das lutas fronteiriças, mas que não significou o final da tensão nessa nova fronteira. Estava ocorrendo uma reordenação das forças políticas e sociais. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul eclodiu o conflito entre a elite estancieira e o Império Brasileiro, a Revolução Farroupilha (1835-1845). No Uruguai, o conflito denominado “guerra grande” de 1839 a 1851, as disputas entre blancos (Oribe) e colorados, (Rivera). Na Argentina, Juan Manoel de Rosas, com

⁷ Territórios que estavam/ estão entre os rio Paraguai, Paraná e Uruguai

⁸ “A fronteira é sempre uma área sensível. Ali se tocam interesses diferentes, dirigidos por pólos de poder diversos. Nessa **zone de voisinage** como denomina o geógrafo francês Lapradelle, ‘tocam-se fisicamente’ fisicamente interesses soberanos valores culturais, língua e economia [...] tornando inevitável uma interpretação que resulta muitas vezes, num jogo de pressão. A pressão fronteiriça tem sido o primeiro passo para a desarmonia e o conflito entre Estados” (MATTOS, 1990, p. 05, grifo do autor). Ver também em: RAFFESTIN, Cluade. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993,

uma política de viés nacionalista e centralizada na cidade-porto de Buenos Aires, submeteu as províncias ao seu controle, exceto as províncias de Corrientes e Entre Rios. A correlação de forças entre Rosas e Oribe, durante a década de 40 do séc. XIX incidiriam intensamente nos interesses da elite sul-rio-grandense e na política externa do Império Brasileiro na região platina, configurando-se em novo quadro de tensões progressivas.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai: pesos e contrapesos geoestratégicos no jogo geopolítico platino.

O séc. XIX foi marcado pelo agravamento do quadro de instabilidade política na Região Platina, situação que foi canalizada pelos luso-brasileiros, pois avançaram a oeste, conquistando os Sete Povos Missionários em 1801 e uma parcela da atual fronteira oeste sul-rio-grandense até o ano de 1828. Nessa dinâmica de conquista, ocupação e delimitação dessa fronteira, formou-se uma elite estancieira militar que, em detrimento dos demais grupos sociais, apropriou-se da terra e dos rebanhos, principalmente quando foi anexada a Banda Oriental, em 1821. Esse fato favoreceu sensivelmente o abastecimento das charqueadas da área de Pelotas e a ocupação da fronteira oeste sul-rio-grandense.

A elite estancieira da campanha não ficou satisfeita com a perda da Província Cisplatina. A partir da década de 1830, essa insatisfação agravou-se, pois a hegemonia política da região sudeste colocava a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul num segundo plano, como uma economia subsidiária e subjugada aos interesses centrais do Império Brasileiro. Assim, parte dessa elite rebelou-se, contestando essa centralização política e econômica por parte do Império Brasileiro, através da Revolução Farroupilha, entre os anos de 1835 a 1845⁹. Inicialmente, buscava maior autonomia nas decisões políticas e consequentemente econômicas, passando, posteriormente, a ruptura com o Império, declarando-se independente em 1836.

A perda da Província da Cisplatina se por um lado canalizou o descontentamento da elite estancieira militar, por outro não significou a sua renúncia. Arsène Isabelle (1983) em meados da década de 30 séc. XIX, ao passar pela República Oriental do Uruguai, identificou a presença de estâncias de propriedades de sul-rio-grandenses. Essa

⁹ Ver mais em: FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

situação aprofunda-se na década seguinte. A “guerra grande” no Uruguai de 1839 a 1851 provocou uma instabilidade política no campo, refletindo-se na desorganização da produção pecuária e na desvalorização da terra. Em 1848, por exemplo, o valor para compra era estimado em 3.000 pesos, caindo no ano seguinte, para 1.200 pesos, ou seja, uma desvalorização de 60%¹⁰.

A privatização das terras da República Oriental do Uruguai nas décadas de 30 e 40 do séc. XIX foi substancial. Em 1850, a propriedade de sul-rio-grandenses estava assim configurada: 342 léguas adjacentes entre a lagoa Mirim e o Chuí pertenciam a 35 propriedades sul-rio-grandenses. Na fronteira de Bagé, nos departamentos de Treinta y Tres e Cerro Largo, eram 154 estancieros. Na fronteira de Quaraí e Missões, eram 238 proprietários possuidores de 1.782 léguas quadradas. Essas propriedades representavam 1/3 ou 30% do território uruguaio de posse de sul-rio-grandenses.¹¹

Esse processo de privatização, no entanto sofreu os rescaldos da “guerra grande”, pois ocorreram conflitos de “baixa intensidade”, isto é, “choques” entre alguns proprietários sul-rio-grandenses e o estado Uruguaio, representado por Oribe, aliado de Juan Manoel Rosas.

O coronel Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí, em decorrência das “espoliações” realizadas por Oribe sobre as estâncias de sul-rio-grandenses no Uruguai, onde também era proprietário, partiu para uma ofensiva “privada”. De 1849 a 1850, investiu sobre a Banda Oriental, no que ficou denominado das “Califórnia de Chico Pedro”, o “Moringue” acirrando as tensões na fronteira e as relações diplomáticas.

Segundo Wiederspahn (1968), era uma retaliação militar, como resposta aos roubos de gado, às perseguições e aos assassinatos sofridos por sul-rio-grandenses em território uruguaio, por partidários de Rosas e Oribe, mas que não fugiu dessa mesma prática.

Helga Piccolo (1998), entretanto, salienta dois pontos importantes. A disputa entre Blancos e Colorados ameaçava a propriedade sul-rio-grandense e conseqüentemente essa intervenção de “Chico Pedro” refletiu-se politicamente no Uruguai, ou seja, existiu uma tomada de posição política, a favor dos Colorados, e, uma retaliação por parte dos Blancos. O segundo aspecto refere-se à autonomia da

¹⁰ Cf. RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. **A diplomacia marginal**: as vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF EDITORA, 1994. p. 84.

¹¹ Ibidem.

classe proprietária da campanha oeste no que diz respeito à política imperial brasileira, agindo de forma independente.

Em 1849, o Império Brasileiro, diante da pressão exercida pela política externa de Rosas sobre a fronteira sul-rio-grandense, a partir das ações de Oribe, realizou parcialmente um levantamento topográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com a República Oriental do Uruguai, executado pelo conselheiro Candido Batista de Oliveira e auxiliado pelo capitão-tenente da Armada, Joaquim Raymundo Delamare¹².

As observações de Candido Oliveira (1850) atentavam para a importância da fronteira da Província e sugeriram um sistema de defesa contra possíveis ataques que pudessem vir da área platina, destacando três fronteiras parciais.¹³ A primeira, partia da embocadura do Chuí com o oceano Atlântico, chegando às cabeceiras do rio Jaguarão (a fronteira do Jaguarão). A segunda, desde o rio Jaguarão até as cabeceiras do rio Quaraí (a fronteira de Bagé). A terceira dirigia-se do rio Quaraí em direção às águas acima do rio Uruguai (a fronteira do Alegrete). Esses três pontos deveriam ter postos efetivos com tropas regulares para a realização da guarda e da polícia dessa vasta área. Por exemplo, a então vila de Alegrete poderia ser o local de concentração de tropas que, por sua vez, poderiam ser destacadas rapidamente para a vila de São Borja e Uruguaiana. Eram considerados, nesse período, pontos estratégicos para a defesa do território da Província de São Pedro.

A fronteira no extremo sul do Império Brasileiro era ainda uma área sensível e propensa a tensões e choques violentos entre os estados nacionais, acentuando-se novamente o caráter militar, pois as pretensões de Rosas e as do Império Brasileiro, divergentes, convergiram nessa direção.

A cidade-porto de Buenos Aires e o monopólio da livre navegação dos rios platinos

Nesse processo de definição das fronteiras sulinas e de formação dos Estados Nacional Brasileiro e Uruguaio nas primeiras décadas do séc. XIX, o mesmo se dava com a Argentina. Em 1816, o “Congresso de Tucumán” reafirmou o centralismo de Buenos Aires. Estabeleceu a independência total em relação à Espanha, surgindo as

¹²Cf. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. OLIVEIRA, Candido Baptista. **Reconhecimento Topográfico do Império na Província de São Pedro**. Porto Alegre, 1850 (Coleção Varela, lata 82, maço 86).

¹³ Cf. GOLIN, Luis Carlos. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 367-375.

“Provincias Unidas del Sur América”, através do regime republicano. Entretanto, as províncias de Entre-Rios, Santa Fé e Corrientes não compareceram, pois estavam sob forte influência de Artigas, opositor de Buenos Aires e dos portugueses. Não reconheceram a autoridade desse congresso. Esse cenário de oposição dessas províncias ao centralismo de Buenos Aires foi um foco de tensão que perdurou até o final da década de 50 do séc. XIX.

Entretanto, a Argentina, durante a década de 40 do séc. XIX, sobressaiu-se em relação aos demais países do prata, em decorrência de seu desenvolvimento econômico e a localização estratégica do porto de Buenos Aires. No âmbito desse país, duas províncias rivalizavam: Buenos Aires e Entre-Rios. A primeira, governada por Juan Manuel de Rosas e a segunda, por Justo Jose Urquiza y García, desenvolveram tendências políticas e comerciais substancialmente diferenciadas devido exclusivamente à postura de seus governantes.

Rosas governou Buenos Aires de 1829 a 1831 e de 1835 a 1852. Em seu segundo governo, chegou ao poder pelo movimento “restauracionista”, que impôs o seu nome à Junta de Representantes. Começou a chamar a atenção quando realizou as campanhas militares contra os índios do rio Colorado, ampliando as fronteiras internas da Argentina e iniciando, de certa forma, uma limpeza étnica no território nacional.

O Porto de Buenos Aires, conforme Sarmiento (1992)¹⁴ era o centro gravitacional da economia platina, pois possibilitava a entrada para o interior da Argentina e do Paraguai, bem como contato com o exterior. Rosas, além de submeter várias províncias argentinas, exceto Corrientes e Entre-Rios, manteve o controle desse importante porto entre 1835 e 1852. Chegou a se contrapor ao intervencionismo francês¹⁵ e inglês, medindo forças com essas duas potências européias, e a impor a

¹⁴ A importância do porto de Buenos Aires, durante o séc. XIX, é destacada pela historiografia em geral, e, já Sarmiento, em 1848, escreve a respeito. Cf. SARMIENTO. **Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino**. Porto Alegre: UFRGS: EDIPUCRS, 1996. p. 25.

¹⁵ Em 1838, a frota francesa bloqueia o porto de Buenos Aires e ocupa a ilha de Martín Garcia. Esse fato teve como estopim a aplicação, por parte de Rosas, nesse ano, da lei de 1821, que obrigava os cidadãos franceses residentes há mais de dois anos na cidade portenha a prestarem o serviço militar. As pressões do Vice-cônsul Aimé Roger para a revogação desse ato não surtiram efeito de imediato. Rosas expulsou Aimé e o bloqueio estendeu-se até 1840. Por outro lado, a lei aduaneira de 1836, de caráter protecionista, restringiu o comércio dos franceses e brasileiros a partir de Montevideu com o porto de Buenos Aires, limitando a entrada de mercadorias. Esse último fato pode ser entendido como o fio condutor dessa intervenção francesa. A partir desse bloqueio, a situação política interna enfrentada por Rosas tornou-se aguda e revoltas sucessivas vieram à tona. Essas tensões fizeram com que o Governador de Buenos Aires, estrategicamente, estabelecesse um tratado de paz com a França, eliminando um inimigo externo temporariamente. Em 31 de outubro de 1840, pela convenção de Mackau-Arana, a França levantou o bloqueio e Rosas cedeu aos vários aspectos exigidos, porém saiu fortalecido. Cf. DONGHI. **História da América latina**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975. p. 121.

nacionalização das águas dos rios da bacia platina quando esses passavam em território argentino.

Essa política externa de controle das principais vias fluviais platinas, dos rios Uruguai e Paraná, precisava ser fortalecida. O controle do porto de Montevideú¹⁶ situado no território Uruguai, onde a presença francesa e inglesa era significativa, colocava-se como um obstáculo a essa consolidação pretendida por Rosas. Entretanto, Rosas conseguiu superar o bloqueio imposto pelos franceses em 1838, e ainda, o bloqueio imposto pelos franceses e ingleses de 1845 a 1848, fortalecendo assim, sua política externa de controle dos rios Uruguai e Paraná.

Rosas afirmava o cunho nacionalista de sua política, embora sem ter o domínio do porto de Montevideú, entretanto, a ampliação do território argentino possibilitaria a consolidação desse domínio por sua parte, com a proteção fluvial dos rios Uruguai e Paraná, onde existiam vários portos que movimentavam a economia do interior argentino, além de pressionar as províncias rebeladas de Corrientes e Entre Rios. Nesse sentido, Rosas projetava reconstituir o antigo Vice-reinado do Prata¹⁷, tendo como ponto forte e estratégico, o porto de Buenos Aires.

A política externa do Império Brasileiro na região Platina

Esse quadro político hegemônico do governador de Buenos Aires, Rosas, repercutiu no Império Brasileiro, pois havia a possibilidade de que esse viesse a restaurar o antigo Vice-reinado do Prata, de reminiscências coloniais. Esse fato colocaria em risco não só as fronteiras das Províncias do Mato Grosso e do Rio Grande

¹⁶ O porto de Montevideú, no período de 1843 a 1850, apresentava-se como estratégico tanto para a Inglaterra como para a França. Possibilitava a comunicação com o interior da Banda Oriental e com o litoral fluvial argentino. Em 1845, Oribe, aliado de Rosas, pressionava o domínio sobre o porto que estava sob controle da facção colorada uruguiaia, apoiada pelo Império Brasileiro, França e Inglaterra, desde a década de 30 do séc. XIX. Sendo assim, foi bloqueado por Rosas e Oribe. A reação da esquadra francesa a essa situação foi imediata, apoderando-se de uma frota naval argentina e revertendo o bloqueio para Buenos Aires. A perda do porto de Montevideú significaria a quase renúncia forçada, por parte dessas duas potências européias, dos importantes mercados rioplatenses. Rosas, paralelamente, nesse ano de 1845, bloqueava a embocadura do rio Paraná. Novamente, a frota anglo-francesa, após o combate naval de “Vuelta de Obligado”, em 20 de novembro de 1845, escoltava um comboio de noventa navios até Assunção no Paraguai. Diante dessa nova situação de beligerância, o tempo corria favoravelmente para Rosas, pois a França e a Inglaterra necessitavam escoar seus produtos manufaturados. Assim, em 1847, o bloqueio é levantado pelos ingleses e, no ano seguinte, pelos franceses. Ambas as potências reconheciam a exclusividade do direito de navegação do rio Paraná pela Confederação Argentina e lhe devolviam a ilha de Martín Garcia.

¹⁷ Tratava-se da área que tinha pertencido à Espanha pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777, entre espanhóis e portugueses, naquilo que a historiografia sul-rio-grandense denominou de a “primeira e a segunda guerra cisplatina”.

do Sul, como o comércio pelos rios Uruguai e Paraná. Para completar a solidez do Governador de Buenos Aires, o apoio de Oribe na República Oriental do Uruguai, parecia avalizar o caminho dessa reestruturação territorial. Ficava novamente latente a emergência de novos conflitos internacionais na bacia platina, os quais se efetivaram posteriormente, mas o Império Brasileiro até o final da década de 40 do séc. XIX buscou estabelecer relações diplomáticas, com a Argentina, Paraguai e Uruguai que pudesse garantir os seus interesses geopolíticos e econômicos na região.

Em 1843, o Império Brasileiro procurou uma aproximação política com Rosas, objetivo esse que, segundo Cervo e Bueno (1992), não foram bem sucedidos, pois os interesses brasileiros e portenhos conflitavam ao desenvolverem economias protecionistas antagônicas. Assim, o Brasil aproximou-se do Paraguai.

No ano seguinte, 1844, o Império Brasileiro enviou a Assunção, Pimenta Bueno com o intuito de reconhecer a Independência do Paraguai e, concomitantemente estabelecer um tratado de amizade, comércio e navegação com o país. Rosas, como retaliação e temendo o caráter competitivo dos produtos brasileiros, fechou os portos argentinos para todo o comércio com o Paraguai.

Essa iniciativa de uma política externa brasileira de aproximação com o Paraguai, governado na época por Carlos Antônio Lopes, de 1841 a 1862, esbarrou no protecionismo da Argentina, que não reconhecia a independência do Paraguai e, ainda, controlava a única via fluvial que possibilitava o escoamento dos produtos dessa nação.

A política bilateral anti-rosista não obteve resultados práticos, apenas justificou a presença do Império Brasileiro no Prata. Os dois países apenas possuíam em comum o objetivo da livre navegação dos rios Paraná e Uruguai. As mercadorias que produziam eram as mesmas: erva mate e fumo. E do ponto de vista de mercados, eram concorrentes, pois se destinavam à região platina.

O Império Brasileiro, não conseguindo um resultado significativo na sua política de aproximação com o Paraguai, buscou dialogar com Oribe. O objetivo nesse segundo momento era neutralizar o braço armado de Rosas no Uruguai que já fazia pressão sobre às propriedades de sul-rio-grandenses nesse país, confiscando o gado sob o pretexto de abastecer as suas tropas, se assim podemos dizer, principalmente na área fronteira. No entanto, como o Império Brasileiro havia apoiado Fructuoso Rivera do partido Colorado, esse entendimento ficou difícil, visto que tinha sido Oribe, pertencente ao partido Blanco, havia derrubado Rivera do poder. Mesmo Montevideu sendo o eixo das

atividades diplomáticas brasileiras no Prata a partir de 1845, Oribe continuou como aliado de Rosas exercendo constante pressão sobre a fronteira sul-rio-grandense.

A política externa brasileira que visou alianças regionais para se contrapor à hegemonia de Rosas até meados da década de 50 do séc. XIX foi infrutífera, também, nesse aspecto. Diante da iminência cada vez mais próxima de conflito, o Império Brasileiro buscou a paz interna negociando com os líderes da Revolução Farroupilha, entre esses estava David Canabarro. Em 28 de fevereiro de 1845, foi assinado a “Paz de Ponche Verde”. Várias concessões foram feitas aos rebeldes, razões essas que foram motivadas em grande parte, pelo fortalecimento de Rosas no Prata, com o apoio de Oribe, na República Oriental do Uruguai, o que colocava obstáculos às pretensões do Império Brasileiro, referentes ao comércio sobre as vias fluviais dos rios Uruguai e Paraná. Pairava, ainda, a ameaça expansionista de Rosas no Prata sobre as fronteiras do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, a área da campanha oeste sul-rio-grandense ganhava um peso geoestratégico regional e nacional significativos, na medida em que os interesses econômicos do Império Brasileiro e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul estavam articulados e vinculados essencialmente à manutenção dessa área. Portanto, as concessões políticas e econômicas do Império aos farroupilhas atenderam de imediato, algumas das antigas reivindicações dos estancieiros e aproximaram novamente a Província da política externa imperial, na qual atuava como um braço armado fronteiriço.

O Império Brasileiro com a estabilização política da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e o fracasso da política externa de aproximação com Rosas e Oribe, buscou outras correlações de forças regionais e internacionais com o objetivo de enfrentar e derrubar o governador de Buenos Aires. Nesse sentido, a defesa da livre navegação dos rios Uruguai e Paraná foi o ponto convergente, onde estavam às províncias argentinas do litoral fluvial de Entre-Rios, Corrientes e Santa Fé, opositoras da política centralizadora de Buenos Aires. Os produtos dessas províncias não conflitavam com os do Império Brasileiro, pelo contrário, serviam de abastecimento ao Rio Grande do Sul, como o charque de Corrientes. As províncias de Entre - Rios, Corrientes, juntamente com o Paraguai, a França, Inglaterra e o Império Brasileiro eram contrários a essa hegemonia política de Rosas, de controle da navegação dos rios Paraná

e Uruguai, embora tivessem, entre si, interesses econômicos substancialmente diferenciados.

Assim, foi constituído um bloco regional formado pela Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, as Províncias Argentinas de Entre – Rios e Corrientes, apoiado pelo Paraguai, Inglaterra e França, tinham no protecionismo do Governador de Buenos Aires Rosas, com apoio de Oribe, obstáculos que precisavam ser eliminados do cenário da política externa platina.

O Império Brasileiro sustentado política e militarmente pelos estancieiros, a classe proprietária hegemônica sul-rio-grandense, com apoio da Província Argentina de Entre-Rios, liderada por Urquiza e do partido Colorado Uruguaio, derrotou inicialmente Manoel Oribe, aliado de Rosas entre 1848 e 1851, desalojando-o do poder. Esse conflito, integrante da “Guerra Grande”, foi a retomada da “diplomacia da força” por parte do Império Brasileiro, permitiu a implantação de seus interesses econômicos e estratégicos na Banda Oriental, ou seja, a preservação de seu território no extremo sul e das propriedades de sul-rio-grandenses, no Uruguai.

Em decorrência da vitória sobre Oribe, foram estabelecidos os tratados de limites, de comércio, de extradição e de empréstimos, que arrancaram concessões do Uruguai muito favoráveis ao Brasil e, principalmente, à Província do Rio Grande do Sul num primeiro momento. Foram os chamados “tratados malignos”.¹⁸

Esses tratados de 1851¹⁹ são importantes, pelos seguintes aspectos: estabeleceram os limites fronteiriços atuais do Brasil com o Uruguai e deram base legal para a intervenção brasileira nesse país, permitindo a violação direta dessa fronteira,

¹⁸ Cf. POMER. **Os conflitos na Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 33-35.

¹⁹ Sobre os conteúdos dos tratados de 1851, Reckziegel assim resumiu-os: “*O Tratado de Aliança*, de fato consagrava o direito de intervenção brasileira nos assuntos internos do Uruguai, quer solicitada por este, quer quando fosse conveniente aos interesses do Brasil. O *Tratado de Extradição* comprometia o Uruguai com a devolução dos escravos brasileiros fugidos, pois a fuga para o território oriental recrudescera a partir de 1842, quando fora abolida a escravidão naquele país. Em razão da fronteira aberta com o Rio Grande do Sul, a fuga para o país vizinho era o principal meio de rebelião adotado pela escravaria gaúcha. O *Tratado de Prestação de Socorros* configurava a dependência financeira do Estado Oriental na medida em que, em troca de um subsídio mensal ao governo uruguaio, este outorgava em garantia suas rendas aduaneiras. O *Tratado de Comércio e Navegação* mantinha isento de impostos o charque oriental enviado pela fronteira terrestre rio-grandense, em contrapartida, o Uruguai deveria abolir os impostos incidentes sobre a exportação de gado em pé para o Rio grande. De fato, o Uruguai convertia-se em reservatório de gado para o Brasil, prejudicando a sua própria indústria saladeril. A cláusula continha também o direito de navegação comum no rio Uruguai e seus afluentes, concedendo ao Brasil o *status* de nação mais favorecida. O *Tratado de Limites* estabelecia como limite o rio Cuareim e concedia ao Brasil a navegação exclusiva na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Isso significava a renúncia definitiva ao território das missões orientais, que, de acordo com o tratado de 1777, eram possessão espanhola” (1999, p. 82). Ver também em DOCCA. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Gráfica de Material de Intendência, 1939; PEREGALLI, Henrique. **Como o Brasil ficou assim?** Formação das fronteiras e tratados de limites. São Paulo: Global, 1982. .

quando os interesses sul-rio-grandenses fossem ameaçados; possibilitaram uma reabilitação da economia sulina, abalada com a Revolução Farroupilha, e uma inserção mais efetiva da economia e da política da Província de São Pedro no contexto platino e nacional da época; impediram qualquer possibilidade de articulação entre uruguaios e argentinos. Essa vitória abriu espaço para que o Brasil, juntamente com uma fração do Uruguai e com as Províncias de Corrientes e Entre-Rios, constituísse um bloco com o objetivo de retirarem Rosas do poder.

A vitória contra Oribe também abriu caminho, para o enfrentamento direto com Rosas que se efetivou em 1852²⁰. A batalha de Monte Caseros ou Morón, a 03 de fevereiro de 1852, não se caracterizou apenas pelo número de homens envolvidos. Foi o êxito das pretensões inglesas, francesas, das Províncias de Entre-Rios e Corrientes, do Paraguai e do Brasil, através da principal característica geopolítica que os aproximava: a livre navegação dos rios Uruguai e Paraná. Assinalava também, o fim da ameaça rosista sobre as fronteiras sulinas que haviam sido delineadas em 1828 e demarcadas nos tratados de 1851²¹.

Essa hegemonia de Rosas no cenário platino durante a década de 40 e meados da década de 50 do séc. XIX com a sua queda em 1852 colocaram o Paraguai num segundo plano. No decorrer da década de 1840 e 1850, e meados da década de 1860, o Paraguai teve pouca inserção no cenário platino. Ficou à parte do conflito contra Rosas e Oribe em 1852, mas atuou como mediador nas relações conturbadas entre Buenos Aires e a Confederação Argentina em 1859.

O Paraguai, no entanto, tinha questões não resolvidas. Uma delas dizia respeito à indefinição das fronteiras com o Brasil, a Argentina e a Bolívia, que envolvia também a

²⁰ Durante a década de 1850, em decorrência das disputas internas na Argentina, entre Buenos Aires, os Unitários e a Confederação Argentina, os Federalistas, o Império Brasileiro saiu favorecido com essa divisão, mantendo uma política de resultados. Estabeleceu assim, tratados importantes com a Confederação Argentina em 1856, impulsionando o seu comércio na região platina, materializando-se na fronteira oeste sul-rio-grandense. Porém, o Império Brasileiro absteve-se de uma composição militar com Urquiza para submeter Buenos Aires. Em relação à inserção, a presença e a importância comercial do Império Brasileiro na região platina, ver os seguintes trabalhos: COLVERO, Ronaldo B. **Negócios na Madrugada**: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004. MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguai**: uma análise do comércio Brasileiro e Argentino (1852-1889) – São Paulo, 1989. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 1989.

²¹ Derrotado, Rosas, retirou-se para a Inglaterra. Porém, logo ocorreu a ruptura de Buenos Aires com as demais províncias, sendo a Argentina reunificada apenas no ano de 1861, sob o comando de Bartolomeu Mitre. Estas distensões internas, porém, não apresentaram ameaças para o Império Brasileiro e, já em 1856, foi estabelecidos tratados comerciais importantes com a Confederação Argentina Cf. OLIVEIRA. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997. t. 01. p. 214-215

não permissão da navegação no rio Paraná, a partir do acesso do Império Brasileiro à Província do Mato Grosso. Tais questões minavam progressivamente as relações entre os dois países. Outra questão era a política externa de Francisco Solano López, que era pretensiosa, pois juntamente com os Blancos do Uruguai, visava criar um equilíbrio entre os Estados platinos.

Independentemente dessa inexpressiva atuação na política externa platina, Carlos Antonio López estava determinado a estabelecer a abertura externa do Paraguai pelos rios Paraná e Uruguai. Sua política externa estava delineada de forma clara e objetiva. O crescimento econômico e dos efetivos militares do Paraguai apontavam nessa direção, além do endurecimento nas relações diplomáticas com o Império Brasileiro, sobre as questões de limites, comércio e navegação.

No início da década de 1860, na região platina, as modificações em andamento nas forças sociais e institucionais repercutiram nas relações internacionais, tornando-as tensas. Nesse contexto, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul captava as tensões advindas da política nacionalista e de oposição ao Império Brasileiro por parte do Partido Blanco do Uruguai, contrariando os interesses da elite da campanha sul-riograndense.

No Uruguai, Prudêncio Berro, do Partido Blanco, ficou no poder de 1860 a 1864. A sua política externa em relação ao Império do Brasil foi de enfrentamento. O seu projeto de caráter nacionalista consistia em refrear a entrada de brasileiros em território uruguaio e, neste sentido, tomou certas medidas. Entre elas, procurou desenvolver uma política de colonização para a área de fronteira, daí decorrendo a fundação da cidade de Rivera²² em frente à vila de Santa Ana do Livramento. Também aplicou efetivamente a Lei de 1842, relativa à abolição da escravidão no território uruguaio e não renovou o Tratado de Comércio e de Navegação de 1851. Além disso, estabeleceu o imposto sobre o gado em pé que era transportado para a Província de São Pedro e aumentou a contribuição direta para todos que pagavam pelas terras e gado. Essas medidas tocavam diretamente nos interesses dos estancieiros da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, causando transtornos. Além disso, vários estancieiros não tinham sido indenizados em relação aos prejuízos causados pela “guerra grande”.

Na interface dessas medidas protecionistas de Prudêncio Berro, as violências cometidas por autoridades civis e militares uruguaias contra brasileiros na fronteira e a

²² CAGGIANI, Ivo, **Município de Livramento: História**. [s. l.; s. n.], 1952. p. 159. ALBORNOZ, V. Vera Maria L. **Armour- uma aposta no Pampa**. Livramento, Pallotti, 2000. p. 23.

impunidade desses casos, tornavam tensas as relações entre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai. Essa crise aprofundou-se quando Venâncio Flores, do Partido Colorado, em 19 de março de 1863, desembarcou em “Rincón de las Gallinas”, com o apoio de Buenos Aires e dos estancieiros da campanha sul-rio-grandense, tentou derrubar Prudêncio Berro, mas foi contido para que o presidente concluísse o seu mandato até o ano de 1864. O governo Uruguaio solicitou, então, ao Império Brasileiro que não interferisse nos seus assuntos políticos internos, o que não foi atendido, pois estavam em jogo não só os interesses dos estancieiros sul-rio-grandenses, como a política externa do Império na área platina, onde o Uruguai possuía um peso geoestratégico relevante.

Em princípios de 1864 chegava ao Rio de Janeiro o brigadeiro Neto, representando os estancieiros da Província de São Pedro, para pressionar o Império sobre a situação no Uruguai. O jornal “Expectador da América”, de março desse ano, pertencente a José Maria do Amaral, alinou-se com o brigadeiro Neto, destacando em suas páginas que “o general, aqui, é voz de quarenta mil brasileiros residentes no Estado Oriental do Uruguai, dirigindo ao governo Imperial a seguinte interrogação: somos ou não súditos do Imperador? Temos direito à vossa proteção, ou devemos contar somente conosco”?²³

Diante dessa pressão da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e do quadro de guerra civil no Uruguai, José Antonio Saraiva foi designado a buscar as reparações do governo Blanco em relação às violências praticadas contra brasileiros residentes nesse Estado. Mas o pano de fundo era restabelecer o controle sobre o Uruguai. No entanto, Saraiva desviou-se de sua missão e, com o apoio do governo Mitre e do representante inglês em Buenos Aires, procurou mediar o conflito entre Venâncio Flores e Atanásio Aguirre²⁴.

A missão Saraiva não progrediu e o sucessor de Prudêncio Berro, Dom Atanásio Aguirre, do Partido Blanco, aprofundou as divergências existentes. Os liberais, que haviam chegado ao poder no Brasil, deram um “ultimatum” ao governo uruguaio para

²³ CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. Introdução de Roberto de Almeida. Ed. Fac-Similar. Brasília/Senado Federal, 1998.p. 67.

²⁴“Os laços criados entre federalistas argentinos, López e Berro constituíram ameaça ao governo da República Argentina, que passou a tê-los como inimigos. Por outro lado, o governo imperial, além de não ter interesse na alteração do status quo tentada por Berro e mantida por seu sucessor, Atanásio Aguirre, era pressionado para agir contra o governo Blanco pelos fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai. Pela primeira vez, Brasil e Argentina tinham posição comum nos conflitos platinos, o que era facilitado pelo fato, também inédito, de que os dois países terem governos com a mesma identidade ideológica, liberal.” DORATIOTO, 2008, p. 131.

que houvesse a reparação e a indenização aos brasileiros residentes nesse país, pois a iminência de conflito se delineava. A marinha do Império Brasileiro apoiou Venâncio Flores, chegando com uma esquadra até as cidades de Salto e Paysandú, situadas na República Oriental.

O Uruguai não atendeu as reparações exigidas, mas o quadro de pressão simultânea do Império Brasileiro, de Buenos Aires e da facção Colorada estava deixando os Blancos cada vez mais isolados e sem o socorro do Paraguai. Sua queda foi inevitável. Venâncio Flores chega ao poder e aproxima-se novamente do Império Brasileiro. O quadro de tensão entre o Império Brasileiro e o Uruguai, no período de 1860 a 1864, contribui para o desfecho da guerra contra o Paraguai, evento esse em curso desde o ano de 1857.

Em 1864, Atanásio Aguirre, do Partido Blanco, após entendimento com o Presidente do Paraguai, Solano Lopez, esperando contar com o seu apoio, não cedeu às pressões do Império Brasileiro em relação às indenizações aos proprietários sul-riograndenses e tampouco à punição das autoridades civis e militares pelos assassinatos na área de fronteira. Em 12 de setembro de 1864, o Uruguai era invadido, enquanto Tamandaré bloqueava o porto de Montevideu, mesmo sob a advertência do Paraguai.

Em 12 de novembro de 1864, o Paraguai capturava o vapor mercante “Marquês de Olinda” que se dirigia de Assunção a Corumbá, no Mato Grosso, como resposta à invasão do Uruguai por tropas brasileiras. No Uruguai, a chegada de Venâncio Flores ao poder, em fevereiro de 1865, estabelecendo de imediato a paz com o Império Brasileiro, forçou Solano Lopez a socorrer aos Blancos, invadindo o Rio Grande do Sul. Estava deflagrada a guerra do Paraguai.

O Paraguai, em seu cálculo estratégico, viu suas forças ruírem. As províncias de Entre Rios e Corrientes não participaram da guerra ao seu lado, não pressionaram Buenos Aires a permanecer neutro. Recuaram em prestar auxílio, negando o pedido para que as tropas Paraguaiaias pudessem atravessar Misiones para atacar o Rio Grande do Sul.²⁵ No Uruguai o apoio dos Blancos desvaneceu-se com a rápida derrota de Aguirre.

²⁵ A guerra contra o Paraguai foi longa e altamente destrutiva. A primeira fase tratou-se da ofensiva paraguaia, de curta duração, durante o ano de 1865. Entre maio e agosto, tropas sob o comando do coronel Estigarriba ocupavam o Mato Grosso e Corrientes. Atravessaram Misiones e invadiram São Borja, Itaquí e Uruguiana no Rio Grande do Sul, permanecendo nessa última vila, vindo a renderem-se em novembro de 1865. A segunda fase, de 1866 a 1869, foi marcada pelo avanço das forças da Tríplice Aliança, iniciando-se a invasão do Paraguai. Em 22 de setembro de 1866, os aliados sofreram a sua principal derrota em Curupati, levando a substituição de Mitre do comando geral das tropas, por Caxias. Tratou-se de um período de intensas batalhas em território Paraguaio, culminando com a tomada de Assunção por tropas brasileiras, entre 1º e 5 de janeiro de 1869. A terceira e derradeira fase, de 1869 a

O Paraguai, além disso, superestimou seu potencial bélico e subestimou o do lado brasileiro. Assim, em 18 de março de 1865, o governo de Assunção declarava guerra à Argentina, invadindo o ocupando Misiones, abrindo caminho para a articulação da Tríplice Aliança²⁶.

Considerações finais

O Império Luso-Brasileiro a partir da década de 60 do século XVII e ao longo dos séculos XVIII e XIX se projetou na região platina direcionando suas pretensões territoriais e econômicas, que teve como principal desdobramento, a fragmentação dessa região, com as formações das fronteiras políticas do Império Brasileiro com a República Oriental do Uruguai.

A partir da década de 40 e 50 do século XIX o Império Brasileiro consolidou-se internamente, tendo como ponto de partida o debelar das revoltas regionais, acompanhadas de um conjunto de medidas de caráter centralizadoras que visavam restaurar a ordem e o controle interno.

Inicialmente essa política externa foi de cautela, buscando negociar com Rosas e Oribe, mas sem sucesso e a ameaça sobre as fronteiras sulinas, fizeram com que o Império Brasileiro articulado com os estancieiros da campanha derrotasse inicialmente

1870, esteve marcada pela resistência de Solano Lopez, organizando um novo exército, realizando uma campanha de guerrilhas, sendo perseguido, encurralado e morto em Cerro Corá, no dia 1º de março de 1870. No que diz respeito ao saldo da guerra, foi amplamente negativo para o Paraguai. Desarticulou a sua economia e a exportação. O seu território foi devastado. O massacre populacional beirou ao extermínio. Permaneceu sob forte tutela do Império Brasileiro, apesar da independência formal. Foi-lhe imposta uma vultosa indenização. Perdeu 40% do seu território. O Império Brasileiro conseguiu todo o território que reivindicava, entre os rios Apa e Branco. A Argentina assegurou a área de Misiones e o Chaco Central, mas pela intervenção diplomática brasileira não obteve sucesso nas suas pretensões sobre o norte do Chaco. Até o final do século XIX, o Império Brasileiro exerceu uma grande influência sobre o Paraguai, muito superior àquela exercida sobre o Uruguai a partir de 1870. A produção historiográfica recente, referente à guerra do Paraguai, desponta com Doratioto, Bethell e Salles. Esses autores contestam as teses revisionistas sobre esse evento. Reavaliam a atuação do imperialismo inglês na bacia Platina e a subserviência brasileira e argentina em relação à Inglaterra e relativizam a auto-suficiência econômica do Paraguai. Em outras palavras, analisam as ações e interesses dos países envolvidos no conflito, identificando o peso que cada um teve nesse processo. BETHELL, Leslie. **The Paraguayan war (1864-1870)**. Londres: University of London, 1996. DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. SALLES, Ricardo. **A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²⁶ A Tríplice Aliança envolveu o Império Brasileiro, a Argentina e o Uruguai. Firmada em 1º de maio de 1865, seus principais objetivos foram: garantir a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná; destruir as fortificações fluviais paraguaias existentes; impor pagamento sobre os prejuízos de guerra e estabelecer novos limites do Paraguai com o Brasil e a Argentina. Ver mais em: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto do. **Textos políticos da história do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v 2. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/81923>.

Oribe e depois Rosas. Os interesses dos estancieiros sul-riograndense e do Império ficavam garantidos. Os estancieiros garantiam as suas propriedades tanto na Província de São Pedro quanto na República Oriental do Uruguai, a produção pecuária e o abastecimento das charqueadas e a participação no comércio nas praças de Buenos Aires e Montevideú, também defendida pelo Império Brasileiro.

Do ponto de vista geopolítico, a fronteira sul-riograndense se confundia com a grande propriedade, pois era contínua, avançando na República Oriental do Uruguai. Assim, a grande propriedade fortalecia a fronteira e vice-versa. Também representava um peso geoestratégico fundamental, pois as suas preservações significavam uma presença efetiva do Império Brasileiro e da Província do Rio Grande de São Pedro, na região platina.

Essa posição de força do Império Brasileiro e da Província de São Pedro encontrou resistência por parte da República Oriental do Uruguai com o partido Blanco, liderado nesse momento por Prudêncio Berro e logo depois por Dom Atanásio Aguirre que dotaram medidas econômicas e políticas restritivas em relação ao Império Brasileiro. Além disso, Aguirre aproximou-se do Paraguai visando uma aliança política e militar para contrabalançar essa hegemonia geopolítica do Império Brasileiro. Entretanto, a intervenção do Império Brasileiro no Uruguai, apoiando uma facção do Partido Colorado de Venâncio Flores levou a Solano Lopes a socorrer a Aguirre não chegando a consolidar-se. A derrota de Aguirre e a rendição dos Paraguaiois na vila de Uruguaiana em novembro de 1865, fortaleceram a posição do Império Brasileiro na região platina, de consolidar a livre navegação, o comércio e as fronteiras do Mato Grosso, abrindo caminho para a guerra contra o Paraguai, onde a Província do Rio Grande de São Pedro teve novamente um peso geo-estratégico relevante, não só como área a ser preservada e com avias de acesso ao Paraguai, mas pelo grande número de efetivos militares da província que estiveram envolvidos nesse conflito internacional.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. OLIVEIRA, Candido Baptista. **Reconhecimento Topográfico do Império na Província de São Pedro**. Porto Alegre, 1850 (Coleção Varela, lata 82, maço 86).

BETHELL, Leslie. **The paraguayan war (1864-1870)**. Londres: University of London, 1996.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto do. **Textos políticos da história do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v 2. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/81923>.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. Introdução de Roberto de Almeida. Ed. Fac-Similar. Brasília/Senado Federal, 1998.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

COLVERO, Ronaldo B. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: São Paulo: Ática, 2002.

DOCCA. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Gráfica de Material de Intendência, 1939;

DONGHI. **História da América latina**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____;**General Osório: a espada liberal do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996

GOLIN, Luis Carlos. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

MATTOS, Carlos de Mera. **Geopolítica e teoria da fronteira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. **A livre navegação dos Rios Paraná e Uruguai**: uma análise do comércio brasileiro e argentino (1852-1889). São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. **Actos Diplomáticos do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1997.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro Paniagua. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)**. Alegrete/RS: Instituto Cultural José Gervásio Artigas, 2013.

PEREGALLI, Henrique. **Como o Brasil ficou assim?** Formação das fronteiras e tratados de limites. São Paulo: Global, 1982.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século XIX**. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

POMER, Leon. **Os conflitos na Bacia do Prata**. Tradução de Luiz Roberto Seabra Malta. São Paulo: brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Cluade. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. **A diplomacia marginal**: as vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

SALLES, Ricardo. **A guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARMIENTO, Domingos. **Facundo**: civilização e barbárie no pampa argentino. Tradução de Aldyr Schlee. Porto Alegre: UFGRS:EDIPUCRS, 1996.

SOARES, Luiz Francisco Matias; TEIXEIRA, Anderson Matos; (orgs.). **Geopolítica e projeção do Brasil: um olhar da história regional**. Passo Fundo/RS: Clube de autores, 2014.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rosas e contra o Paraguai. In: **Enciclopédia Rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1998. v. 03.

Artículo recibido: 23 de mayo de 2015

Artículo aprobado: 7 de julio de 2015

Artículo publicado: diciembre de 2015